

Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A238	Administração 4.0 [recurso eletrônico] : flexibilidade para a inovação das organizações / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-520-4 DOI 10.22533/at.ed.204190607 1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. CDD 658.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração 4.0: Flexibilidade para a Inovação das Organizações”, publicada pela Atena Editora, compreende um conjunto de vinte e quatro capítulos que abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração, promovendo o debate sobre estratégias, ações e mecanismos flexíveis focados na inovação das organizações.

Dessa forma, esta obra é dedicada àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre administração das organizações, com foco na inovação, por meio de um arcabouço teórico especializado. Ainda, ressalta-se que este livro agrega à área da gestão à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre diversos temas e conduzindo gestores, empreendedores, técnicos e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão para a inovação. A seguir, apresento os estudos que compõem os capítulos deste volume, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Grau de Inovação das Micro e Pequenas Empresas: uma análise sob a ótica do radar de inovação” e objetivou evidenciar a importância da inovação para as micro e pequenas empresas, apresentando o grau de inovação de uma microempresa que participou do projeto Agentes Locais de Inovação (ALI), no período de 2009 a 2011. O segundo capítulo tem como título “Perfil dos Empreendedores Brasileiros: o que mostra a pesquisa SEBRAE/ IBQP/ *Global Entrepreneurship Monitor*” e objetivou identificar o perfil do empreendedor brasileiro, utilizando a metodologia de pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O terceiro capítulo, intitulado “Pequenas e Médias Empresas: modelagem de processos de negócios e seus desafios”, objetivou elucidar os esforços, os desafios e oportunidades de pequenas e médias empresas em desenvolverem-se no mercado nacional e estrangeiro por meio do uso do gerenciamento de processos de negócio e suas vertentes.

O quarto capítulo é intitulado “Visão Crítica das Políticas de Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento em Pequenas Empresas” e objetivou debater a importância da articulação teórica entre políticas de gestão de pessoas (GP) e gestão do conhecimento nas pequenas empresas. O quinto capítulo tem como título “Estilos de liderança e a Teoria da Liderança Situacional de Hersey e Blanchard” e apresenta a Teoria da Liderança Situacional como uma ferramenta de gerenciamento que faz uso de diferentes estilos de liderança existentes aproveitando suas virtudes conforme o grau de maturidade do colaborador. O sexto capítulo, intitulado “A Percepção do Colaborador acerca da Implantação de um Plano de Cargos e Carreira: um estudo de caso em uma ICES – Instituição Comunitária de Ensino Superior”, teve como objetivo investigar a percepção dos colaboradores de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES) sobre a implantação do plano de cargos e carreira.

O sétimo capítulo tem como título “Violência Simbólica e Empoderamento:

mulheres que ocupam cargos de direção em centros universitários” e buscou analisar a percepção da existência de empoderamento e/ou da vivência da violência simbólica no cotidiano de trabalho de cinco mulheres que ocupam cargos de alta direção em Centros Universitários, em Belo Horizonte - MG. O oitavo capítulo é intitulado “Equidade Salarial Feminina no Mercado de Trabalho: reflexões a partir de um levantamento bibliográfico” e teve como objetivo nortear novos administradores nas questões relacionadas à equidade salarial através de um levantamento bibliométrico de pesquisas sobre o tema. O nono capítulo é intitulado “Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição: é possível situá-la no círculo das matrizes epistêmicas?” e explora a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (TCPO), no âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas (CME), com base na Sociologia das Ausências, das Emergências, da Teoria (trabalho) de Tradução, bem como na Razão Subjacente: a Razão Cosmopolita como crítica à Razão Indolente.

O décimo capítulo tem como título “Descentralização das Ações de Indução da Cultura da Inovação: estudo do setor confeccionista no município de Curvelo/MG” e estudou a importância da implementação de uma rede inovadora nos municípios onde há unidades CEFET-MG, a fim de consolidar uma política inovadora. O décimo primeiro capítulo é intitulado “Modelo de Internacionalização de Empresas com Suporte nas Teorias Uppsala e Capital Social” e objetivou propor um modelo de internacionalização com suporte na relação entre a Teoria *Uppsala* e a Teoria do Capital Social. O décimo segundo capítulo tem como título “Capital Social e Ensino Superior na Perspectiva da Internacionalização” e objetivou elaborar um *framework* para compreender a internacionalização do Ensino Superior, por meio do capital social desenvolvido em Cooperação Acadêmica Internacional.

O décimo terceiro capítulo é intitulado “Transparência na Administração Pública Municipal do Estado da Paraíba” e objetivou verificar se os 223 municípios que formam o estado da Paraíba estão divulgando os instrumentos de transparência pública previstos no artigo 48 da Lei Complementar n 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos portais eletrônicos dos municípios. O décimo quarto capítulo tem como título “*Accountability* como Ferramenta de Controle e Transparência na Universidade Federal de Rondônia” e objetivou analisar como a Pró-reitora de Planejamento (PROPLAN) cumpre os critérios de divulgação e transparência exigidos pela Lei de Acesso à Informação e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O décimo quinto capítulo, intitulado “Carta de Serviços ao Usuário: um estudo de caso numa grande universidade federal brasileira”, teve como objetivo verificar se o capítulo 2 do Decreto 9.094/2017 está sendo atendido nas universidades públicas federais brasileiras, ou seja, se a carta está disponibilizada ao usuário.

O décimo sexto capítulo é intitulado “Administração Transnacional, Governança Global e Política Mundial: as vicissitudes do mundo em transe” e desenvolve ensaio teórico à luz de Octavio Ianni, David Coen e Tom Pegrum, e Anne-Marie Slaughter. O décimo sétimo capítulo, intitulado “As Perspectivas Acadêmicas da Trajetória das

Políticas de Previdência Social no Brasil”, buscou analisar as perspectivas teóricas adotadas nos estudos científicos sobre a trajetória das políticas de Previdência Social no Brasil de 1998 a 2017 por meio de uma revisão bibliográfica sistemática integrativa. O décimo oitavo capítulo tem como título “Análise de Políticas Públicas: reflexões sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu” e apresenta as principais características do bambu, seu uso nas atividades produtivas, como também analisa sinteticamente a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.

O décimo nono capítulo tem como título “Reduzir, Reutilizar e Reciclar - Sustentabilidade de um Centro de Triagem de Materiais Recicláveis: estudo de caso” e buscou apresentar uma proposta de gestão financeira para um centro de triagem visando sua sustentabilidade no mercado de materiais recicláveis localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. O vigésimo capítulo é intitulado “Custo da Promoção versus o Retorno da Promoção: o caso da GODAM Alimentos” e objetivou mostrar os custos e os retornos esperados de uma ação promocional através do trabalho de um promotor de vendas desta empresa dentro de uma empresa-parceira (cliente). O vigésimo primeiro capítulo é intitulado “Perfil e-Consumidor dos Discentes do Curso de Administração de uma IES Brasileira” e objetivou conhecer o perfil e-consumidor dos alunos do curso de administração.

O vigésimo segundo capítulo é intitulado “Mito x Realidade: o *tag along* como mecanismo de proteção do acionista minoritário das sociedades anônimas brasileiras” e objetivou identificar a efetividade do *tag along* como prática de governança corporativa que protege o acionista minoritário da ação dos acionistas controladores em caso de alienação de controle. O vigésimo terceiro capítulo, intitulado “Análise da Carteira Eficiente entre o Mercado Imobiliário e os Títulos Públicos Federais”, objetivou apresentar uma solução para maximizar um portfólio, utilizando a combinação de investimentos diferentes, buscando, com isso, obter a melhor relação risco-retorno. O vigésimo quarto capítulo tem como título “*Organizational Learning as a Driver of a Social Business Model: a case study*” e investiga como os agricultores orgânicos no Sul do Brasil estão tornando seu negócio social operacionalmente sustentável, criando um ambiente de aprendizagem.

Assim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área de administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, técnicos, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GRAU DE INOVAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO RADAR DE INOVAÇÃO	
Jéssica dos Santos Veiga Anderson Luís do Espírito Santo Rosa de Barros Ferreira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.2041906071	
CAPÍTULO 2	18
PERFIL DOS EMPREENDEDORES BRASILEIROS: O QUE MOSTRA A PESQUISA SEBRAE/ IBPQ/ GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR	
Ângelo José Penna Machado Carlos Rodrigo da Silva Ywrynicksom Ramos Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906072	
CAPÍTULO 3	34
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E SEUS DESAFIOS	
Roquemar de Lima Baldam Daniel Vasconcelos Castro Morgana de Freitas Guaitolini Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2041906073	
CAPÍTULO 4	49
VISÃO CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PEQUENAS EMPRESAS	
Talita Bernardi Goettens Denize Grzybovski	
DOI 10.22533/at.ed.2041906074	
CAPÍTULO 5	58
ESTILOS DE LIDERANÇA E A TEORIA DA LIDERANÇA SITUACIONAL DE HERSEY E BLANCHARD	
Elvis Magno da Silva Caique Bevilaqua Vilas Boas Rondinelli Heitor Resende Andrade Heloísa Teixeira Fidelis Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906075	
CAPÍTULO 6	69
A PERCEPÇÃO DO COLABORADOR ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE CARGOS E CARREIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ICES – INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR	
Eder Ocimar Schuinsekel Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	
DOI 10.22533/at.ed.2041906076	

CAPÍTULO 7	84
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E EMPODERAMENTO: MULHERES QUE OCUPAM CARGOS DE DIREÇÃO EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS	
Cristiane Chaves Caldas Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo Ana Lúcia Magri Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2041906077	
CAPÍTULO 8	96
EQUIDADE SALARIAL FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	
Eline dos Anjos Washington Ângelo	
DOI 10.22533/at.ed.2041906078	
CAPÍTULO 9	113
TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO: É POSSÍVEL SITUÁ-LA NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2041906079	
CAPÍTULO 10	131
DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE INDUÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO: ESTUDO DO SETOR CONFECCIONISTA NO MUNICÍPIO DE CURVELO/MG	
Ronaldo Ferreira Machado Lourdiane Gontijo das Mercês Gonzaga Nilton da Silva Maia Antônio Guimarães Campos Maria de Lourdes Couto Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.20419060710	
CAPÍTULO 11	145
MODELO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS COM SUPORTE NAS TEORIAS UPPSALA E CAPITAL SOCIAL	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060711	
CAPÍTULO 12	168
CAPITAL SOCIAL E ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA INTERNACIONALIZAÇÃO	
Fabiana Pinto de Almeida Bizarria Alexandre Oliveira Lima Antônia Márcia Rodrigues Sousa Flávia Lorene Sampaio Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060712	

CAPÍTULO 13	190
TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA	
Marinely Costa de Lima	
Maria Manuela Costa de Lima	
Iran Jefferson Ribeiro de Lima	
Vera Lúcia Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.20419060713	
CAPÍTULO 14	207
ACCOUNTABILITY COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	
Daniela Dourado Santos	
Marcilene de Assunção	
Marlene Valério dos Santos Arenas	
DOI 10.22533/at.ed.20419060714	
CAPÍTULO 15	223
CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NUMA GRANDE UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA	
Joyce Vasconcelos Coutinho dos Reis	
Diego Fillipe de Souza	
Jorge da Silva Correia Neto	
DOI 10.22533/at.ed.20419060715	
CAPÍTULO 16	236
ADMINISTRAÇÃO TRANSNACIONAL, GOVERNANÇA GLOBAL E POLÍTICA MUNDIAL: AS VICISSITUDES DO MUNDO EM TRANSE	
Carlos Antonio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	
DOI 10.22533/at.ed.20419060716	
CAPÍTULO 17	248
AS PERSPECTIVAS ACADÊMICAS DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	
Raquel Andrade e Silva	
Elaine Aparecida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.20419060717	
CAPÍTULO 18	261
ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO AO MANEJO SUSTENTADO E AO CULTIVO DO BAMBU	
Fábio Moita Louredo	
Ricardo de Souza Martins da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.20419060718	

CAPÍTULO 19	273
REDUZIR, REUTILIZAR E RECICLAR - SUSTENTABILIDADE DE UM CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ESTUDO DE CASO	
Ricardo Zerinto Martins	
DOI 10.22533/at.ed.20419060719	
CAPÍTULO 20	284
CUSTO DA PROMOÇÃO VERSUS O RETORNO DA PROMOÇÃO: O CASO DA GODAM ALIMENTOS	
Elvis Magno da Silva	
Dayana Christina dos Reis	
Sibila Fernanda Martins Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20419060720	
CAPÍTULO 21	293
PERFIL E-CONSUMIDOR DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES BRASILEIRA	
Igor Ferreira de Fúcio	
Reginaldo Adriano de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
José Carlos de Souza	
Lilian Beatriz Ferreira Longo	
DOI 10.22533/at.ed.20419060721	
CAPÍTULO 22	308
MITO X REALIDADE: O TAG ALONG COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DO ACIONISTA MINORITÁRIO DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS BRASILEIRAS	
Éder de Souza Beirão	
João Paulo Cavalcante Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20419060722	
CAPÍTULO 23	324
ANÁLISE DA CARTEIRA EFICIENTE ENTRE O MERCADO IMOBILIÁRIO E OS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.20419060723	
CAPÍTULO 24	336
ORGANIZATIONAL LEARNING AS A DRIVER OF A SOCIAL BUSINESS MODEL: A CASE STUDY	
Michelle Dauer	
Michele de Souza	
Luiz Reni Trento	
DOI 10.22533/at.ed.20419060724	
CAPÍTULO 25	348
A IMPORTÂNCIA DO LIDER COACHING NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO COM A EQUIPE DO NÚCLEO DE PESQUISA - OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO ESTADO DE GOIÁS	
Giovanna Adriana Tavares Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.20419060725	

CAPÍTULO 26	354
A INFLUÊNCIA DO CONHECIMENTO CULTURAL NOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	
Carolina Pellissari Ribeiro Ana Leticia Rupel Jessica Cristine Metnek Patricia Kroetz Maggioni	
DOI 10.22533/at.ed.20419060726	
CAPÍTULO 27	364
PERCEPÇÕES SOBRE O (DES)ALINHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACCOUNTABILITY E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
Leonardo da Silva Trindade Matos Rosiane Maria Lima Gonçalves Antônio Carlos Brunozi Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.20419060727	
CAPÍTULO 28	377
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	
André Luiz Alvarenga de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20419060728	
CAPÍTULO 29	393
REDUÇÃO DE FALHAS EM SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS COM O USO DAS TÉCNICAS FTA, FMECA E ANÁLISE CRÍTICA DE ESPECIALISTAS	
Roquemar de Lima Baldam Patrick Soares Silva Lourenço Costa Thalmo de Paiva Coelho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.20419060729	
SOBRE O ORGANIZADOR	404
ÍNDICE REMISSIVO	405

TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO: É POSSÍVEL SITUÁ-LA NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria
Alexandre Oliveira Lima
Antônia Márcia Rodrigues Sousa
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa

Sociologia das Emergências.

POST-MODERN CRITICAL OPPOSITION
THEORY: IS IT POSSIBLE TO PLACE IT IN
THE CIRCLE OF EPISTEMICAL MATRICES

RESUMO: O artigo explora a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (TCPO) (Santos, 1999a), no âmbito do Círculo das Matrizes Epistêmicas (CME) (Paes de Paula, 2015, 2016), com base na Sociologia das Ausências, das Emergências, da Teoria (trabalho) de Tradução, bem como na Razão subjacente: a Razão Cosmopolita como crítica à Razão Indolente. De um lado, o CME demarca proposta alternativa ao diagrama de paradigmas de Burrell e Morgan (1979), que tem como crítica a tese da incomensurabilidade dos paradigmas de Kuhn (2005); de outro, demarca-se uma Epistemologia Realista Pragmática, de suporte ao Conhecimento-Emancipação (CE). Nos dois caminhos há elementos que sustentam a emancipação atrelada à dimensão prática (matriz hermenêutica) e à dimensão técnica (matriz empírico-analítica), posto que a crítica avançaria na construção de caminhos metodológicos alternativos capaz de unificar conhecimento e interesse na perspectiva de melhor responder as necessidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição. Círculo das Matrizes Epistêmicas. Sociologia das Ausências.

ABSTRACT: The article explores the Postmodern Critical Theory of Opposition (TCPO) (Santos, 1999a), within the framework of the Episteme Matrix Circle (Paes de Paula, 2015, 2016), based on the Sociology of Absences, Emergencies, Of the Theory (work) of Translation, as well as in the underlying Reason: the Cosmopolitan Reason as critic to the Indolent Reason. On the one hand, the CME demarcates an alternative proposal to the paradigm diagram of Burrell and Morgan (1979), which criticizes the thesis of the incommensurability of Kuhn's (2005) paradigms; On the other, a Realistic Pragmatic Epistemology, of support to Knowledge-Emancipation (CE), is demarcated. In both paths there are elements that support emancipation linked to the practical dimension (hermeneutic matrix) and to the technical dimension (empirical-analytic matrix), since the criticism would advance in the construction of alternative methodological paths capable of unifying knowledge and interest in the perspective of better answering Social needs.

KEYWORDS: Postmodern Critical Theory of Opposition. Circle of Epistemic Matrices. Sociology of Absences. Sociology of

1 | INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o trabalho revisional de Burrell (2007), agora, com amparo numa visão habermasiana e foucaultiana, Vergara (2007) define que há uma *nova* compreensão sobre teoria organizacional que está sendo processada e captada por Burrell (2007). Para Vergara (2007, p. 461) essa leitura se propaga “como um deslocamento gestáltico, capaz de reconhecer o relativismo de conceituações, bem como, capaz de abraçar outros quadros de referência”.

Com suporte na emergência de novos “quadros de referência”, intenta-se explicação sobre os fenômenos (o *explanandum*), com base em diferentes quadros exploratórios (o *explanans*) (Burrell, 2007). Estes, encrustados em diferentes epistemologias (SANTOS, 1989, 1999a), trariam *explananduns* capazes de dar suporte a uma sociedade diversa, com problemas e, também, soluções diversas. Assim, intenta-se uma saída pluralística, dinâmica, pragmática e realista para onde a presente análise será encaminhada.

Com referência didática no Círculo das Matrizes Epistêmicas (Paes de Paula 2015, 2016) e na Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição (Santos, 1989), a perspectiva dos estudos críticos de partida dessa pesquisa são definidos em função de duas correntes de pensamento: a Teoria Crítica e o Pós Modernismo. A primeira, situa um sujeito reflexivo, questionador e ativo em processos de transformação social (Paes de Paula, 2008); a segunda, fragmenta a ideia de sujeito, e, com isso, incorpora dificuldades no que se refere ao desenvolvimento de ações políticas (Alvesson; Deetz, 1999).

No caminho de Alvesson e Deetz (1999) que defendem que é possível situar uma teoria alternativa que realize algum tipo de transação entre pós-modernismo e teoria crítica, Santos (1989, 1999, 2002, 2007, 2009) imprime concepções que buscam essa combinação por meio de uma Teoria Crítica Pós-moderna de Oposição. Esta defende uma concepção pragmática do saber, situado na Ecologia de Saberes que privilegia as práticas (e atores sociais) que, sendo diversas, devem ser consideradas (todas elas) válidas epistemologicamente como totais, cujas relações com outras totalidades não devem ser destrutivas e, por isso, ecológicas, à medida que são interações sustentáveis e dinâmicas.

O Conhecimento-Emancipação (CE), como síntese da Ecologia de Saberes, está situada no campo da Sociologia das Ausências (expandir o presente) e da Sociologia das Emergências (contrair o futuro), com base na crítica à Razão Indolente, redefinida em Razão Cosmopolita que possibilita, pelo trabalho de tradução, pensar alternativas pelas alternativas presentes e, cuidando destas (ampliando o presente) possibilitar futuros não abstratos, mas um futuro do qual se tem pistas e sinais traduzidos pelas

múltiplas experiências do presente.

Por considerar que a Teoria Crítica advinda de Horkheimer é demarcada pelo pensamento moderno e, por isso, com objetivos fundados na busca por alternativas totalizantes para problemas universais, a reformulação de Santos (1989, 2007b) considera a teoria crítica como reflexo de uma reinvenção da emancipação social, cuja organização propicia contextos empíricos específicos e seus contextos históricos e sociais (Alvesson; Deetz, 1999, Reed, 2007). Nesse sentido, Freitag (1994) ressalta que na Dialética do Esclarecimento de Adorno e Horkheimer há nítido sufocamento do sujeito, diante da ausência de possibilidades de resistência crítica em função das relações de produção capitalista.

Ao mesmo tempo, Santos (1989, 2007b) reformula, em oposição ao que concebe como Pós-Modernismo celebratório, o Pós-modernismo de oposição, sendo este uma ruptura do pensamento moderno totalizante, com base na crítica ao conhecimento. Este problematiza a superação da teoria crítica anunciada por Horkheimer, especificamente no âmbito da ideia de sujeito capaz de emancipar-se, e a superação da construção pós-moderna, posto que o Conhecimento-Emancipação (CE) advindo fortalece a ideia de sujeito ativo, emancipado e reconhecido em suas práticas sociais.

Ainda no campo de novas construções sobre conhecimento, têm-se o Círculo das Matrizes Epistêmicas (Paes de Paula 2015, 2016), que, baseada na concepção de interesses cognitivos elaborados por Habermas (1968/1982), supõe que interesses técnicos, pragmáticos e emancipatórios possuem circularidade divergente da leitura paradigmática de Thomas Kuhn. Na ótica do Círculo das Matrizes Epistêmicas, além de possibilidades de combinação entre os interesses cognitivos, há ênfase de que a crítica poderia realizar uma mediação entre o empírico analítico (técnico) e o hermenêutico (prático), para dar respostas às necessidades sociais (Paes de Paula 2015, 2016).

Em função da crítica anunciada por Santos (1989) e Freitag (1994) à teoria crítica concebida pelas ideias de Horkheimer, o Círculo das Matrizes Epistêmicas (Paes de Paula 2015, 2016) incorpora o pensador crítico, Habermas, capaz de dar substância ao sujeito ativo e capaz de superar as condicionalidades pela reflexão crítica e, então, “(...) salvar a teoria crítica do pessimismo”. (Freitag, 1994, p. 23).

Da combinação do Círculo das Matrizes Epistêmicas com a Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição propõe-se uma aproximação que gira em torno de uma nova concepção de emancipação social, enraizada no realismo pragmático que confere possibilidade de ampliação de análises contextuais capazes de dar respostas mais coerentes com as necessidades dos grupos sociais, com suporte nas potencialidades da crítica e da autonomia humana (Vieira; Caldas, 2006).

Para a aproximação pretendida, o ensaio teórico permitiu os percursos reflexivo e interpretativo necessários na busca de um novo enfoque (Meneghetti; 2011) que subsidia novos olhares para os problemas sociais e as possibilidades de superação. Para tanto, recorreu-se diretamente às obras dos autores em análise para pleitear o

diálogo, inclusive, como forma de “(...) se não o esboço de uma teoria, pelo menos algumas intuições que lhe confirmam originalidade e criatividade”. (Bertero, 2011, p. 342).

2 | O CAMPO DAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

O pensamento organizacional do século XIX, na estreita atribuição de sentido da estrutura capitalista (Reed, 2007), perpetua-se ao longo do século XX, concomitante com a crescente complexidade e necessidade de incremento da capacidade administrativa, com base em uma organização racional e científica, e, assim, com avanço imperativo da razão, com narrativas sobre a capacidade da organização moderna na resolução de problemáticas de ordem social (Reed, 2007).

Foi no despencar da lógica reinante, que “a prometida garantia de progresso material e social por meio do incremento tecnológico contínuo, da organização moderna e da administração científica hoje em dia parece cada vez mais distante”. (Reed, 2007, p. 62). Do seu interior emergem discussões que reclamam novos *explanandums*, em função da exploração dos *explanans*.

Com a revisão de Burrell (2007), no entanto, constata-se uma espécie de continuísmo, posto que a busca de um novo *explanans* ainda se dá com base na ideia paradigmática de Thomas Kuhn, atrelada à definição de *matriz disciplinadora* que Kuhn teria delimitado após crítica à tese da incomensurabilidade dos paradigmas, ou seja, dos limites intransponíveis dos paradigmas e entre as teorias organizacionais sustentadas por visões de mundo “paradigmáticas”. No entanto, há, mesmo na matriz disciplinadora, a comunhão de ideias separadas por uma linha que delimita a existência de revolução científica e ciência normal, o que é intensamente questionada em torno de uma “guerra paradigmática” (Paes de Paula, 2015, 2016).

Os paradigmas exploram formas de compreensão do mundo recorrendo a diferentes pressuposições sobre a natureza da ciência social: o paradigma funcionalista, recorre à sociologia da regulação pela lente objetivista; o estruturalismo radical, por outro lado, também objetivista, afirma-se na sociologia da mudança radical que incorpora a noção realista e emancipatória; o interpretativista busca a compreensão do mundo como ele é, porém, pela lente subjetiva; o humanismo radical, por sua vez, recorre à mudança radical apoiado na visão subjetiva, com base numa perspectiva nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfica (Burrell; Morgan, 1979).

Em linhas gerais, duas questões centralizam o debate paradigmático de Burrell e Morgan (1979), a regulação e a mudança radical. A primeira, privilegia a ordem e a integração social, a segunda, ressalta o conflito, os modos de dominação e a emancipação, perpassadas pela oposição entre objetivismo e subjetivismo (Paes de Paula, 2015, 2016).

No âmbito da disposição paradigmática de Burrell e Morgan (1979), Burrell (2007) ressalta que as críticas giram em torno incomensurabilidade dos paradigmas que,

levadas ao leito precustiano, supõe simplificações prejudiciais à análise organizacional. Por sua vez, Paes de Paula (2016, 2015) atesta a crítica sobre a incomensurabilidade, descrevendo sua intensificação nos últimos anos, de tal forma que não há qualquer sinal de consenso entre os pesquisadores sobre a questão, observando que clima bélico suscitado pela “guerra paradigmática” além de bloquear avanços na compreensão de *explanans* e de *explanandums* tolhe a criatividade científica e o diálogo propositivo.

Desse ponto, Paes de Paula (2015, 2016), explora uma alternativa ao diagrama de paradigmas de Burrell e Morgan (1979), o Círculo das Matrizes Epistêmicas, diante da perspectiva de superar a tese da incomensurabilidade dos paradigmas e das revoluções científicas, bem como a noção de ciência normal de Kuhn (2005). Para tanto, defende que “o conhecimento se desenvolve (...) porque os pesquisadores constatarem incompletudes cognitivas e realizam reconstruções epistêmicas, que geram novas teorias e metodologias, e por vezes, são capazes de abranger outras matrizes epistêmicas” (Paes de Paula, 2016, p. 26).

No desenvolvimento do Círculo das Matrizes Epistêmicas observa-se leituras de Habermas (1968/1982) e Hill (1984), especificamente no que tange ao conceito de interesse cognitivo e sistemas de produção de conhecimento. No primeiro caso, a conciliação dos interesses cognitivos é representada como forma de superação da proposição paradigmática. Do segundo, se têm o debate de que a combinação entre visões de mundo, metodologias e teorias delimitam sistemas sociais, mas que são estes interdependentes (Paes de Paula, 2016).

Pela lógica dos interesses cognitivos e pela interdependência dos fenômenos sociais, as abordagens sociológicas (Funcionalista, Interpretativista, Humanista, Estruturalista, Pós-Estruturalista, Pós-Estruturalista, e Realista Crítica) são apresentadas em um Círculo (figura 2) com a disposição das matrizes epistêmicas guiadas por três interesses cognitivos: a matriz empírico-analítica (interesse técnico); a matriz hermenêutica (interesse prático); e a matriz crítica (interesse emancipatório) (Paes de Paula, 2016).

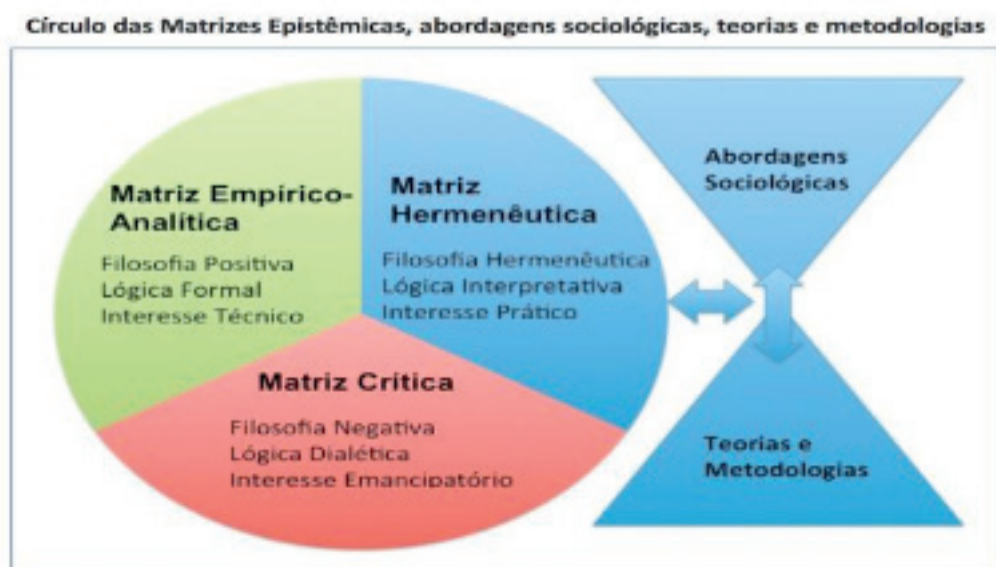


Figura 2 – Círculo das Matrizes Epistêmicas

Fonte: Paes de Paula (2016, p.35) e Paes de Paula (2015, p. 116)

As matrizes dispostas circularmente possuem duas constatações. Primeiro, a possibilidade de giro das teorias, haja vista a possibilidade de teorias puras e híbridas em relação às filosofias orientadoras de cada matriz, cuja definição consta no quadro 1. Assim, Paes de Paula (2006) discorre sobre as abordagens sociológicas puras, como aquelas situadas em um única matriz, como, por exemplo, a funcionalista (matriz empírico-analítica), a interpretativista (matriz hermenêutica) e a humanista (matriz crítica); e as abordagens híbridas, representadas pela incompletude cognitiva, como, por exemplo, o estruturalismo (matriz empírico-analítica e matriz hermenêutica), o pós-estruturalismo (matriz hermenêutica e matriz crítica) e a realista crítica (matriz empírico-analítico, matriz hermenêutica e matriz crítica), que integra os três interesses cognitivos: técnico, prático (compreensão/ comunicação) e emancipatório, que, de forma dialética, constituem unidade do conhecimento, posto que, separadamente, não dão conta de dar respostas as necessidades sociais (Paes de Paula, 2016).

Interesses cognitivos	Definição conceitual	Filosofia e lógica de pensamento
Ciências empírico-analíticas	Também conhecidas como monológicas, que são dirigidas pelo interesse técnico e geram conhecimento para possibilitar a predição e o controle dos fatos sociais;	Filosofia positivista Lógica formal Interesse técnico
Ciências hermenêuticas	São orientadas pelo interesse prático, que buscam a compreensão social por meio da comunicação e interpretação	Filosofia hermenêutica Lógica interpretativista Interesse prático
Ciências críticas	São motivadas pelo interesse emancipatório, voltando-se para a transformação social.	Filosofia negativa Lógica dialética Interesse emancipatório

Quadro 1 – Matrizes Epistêmicas

Fonte: Paes de Paula (2016, p. 34-35)

As matrizes, portanto, “realizam o papel de intérpretes-mediador da filosofia em relação à ciência, como supere Habermas (1983/1989)” (Paes de Paula, 2016, p. 35). E, por isso, “devem ser utilizadas como referências orientadoras do conhecimento e não como domínio de atuação científica (...) reforçando a ideia de flexibilidade e agregando, de forma natural, o potencial ilimitado do conhecimento humano em uma totalidade”. (Paes de Paula, 2016, p. 36).

A inovação proposta por Paes de Paula (2016, p. 26) em torno do Círculo das Matrizes Epistêmicas, decorre de “no lugar dos paradigmas, temos matrizes epistêmicas; ao invés de incomensurabilidades, ocorrem incompletudes cognitivas e as revoluções científicas são substituídas por reconstruções epistêmicas”.

Por outro lado, a circularidade das matrizes epistêmicas engendra análise sobre a questão emancipatória, central para a Teoria Crítica, por ressaltar que a crítica

deve ser guiada pelo seu sentido emancipatório, bem como deve encontrar-se com a *práxis*, “indo além da teoria e reconstruindo sua atuação nas questões públicas.” (Paes de Paula, 2016, p. 37). Portanto, no encontro da emancipação com a *práxis*, a crítica deveria articular-se com o interesse técnico (matriz empírico-analítica) e o interesse prático (matriz hermenêutica), e, assim, transcender a teorização em busca de suas consequências (Paes de Paula, 2016; Santos, 1999a). Assim, “os interesses do conhecimento precisam deixar de ter um *status* transcendental para assumirem um *status* empírico, que contemple a vida sociocultural”. (Paes de Paula, 2016, p. 38).

Portanto, a crítica em função da emancipação seria a unidade do Círculo das Matrizes Epistêmicas, para onde se deve “explorar novos caminhos metodológicos” (Paes de Paula, 2016, p. 37), cuja idealização seria “pensar uma ciência social capaz de realizar uma unidade do conhecimento, em um sentido transdisciplinar, de modo que a crítica realizasse uma mediação entre o empírico - analítico e o hermenêutico” (Paes de Paula, 2016, p. 37)

As matrizes epistêmicas, postas numa dimensão circular ressaltar a possibilidade de diálogo pelo combinação de elementos nas teorias híbridas. Nesse sentido, a mediação dos interesses, em particular celebrada pela hermenêutica na sua função de tradução, convoca o diálogo para construção de inelegibilidades, e, com isso “tornar compreensível o que parece estranho e de elucidar comunicações indiretas” (Paes de Paula, 2015, p. 93) Referenciando Habermas, Paes de Paula “reconhece que o interesse emancipatório depende dos interesses técnicos e práticos, ou seja, o sujeito autoreflexivo não está deslocado das condições subjetivas (Paes de Paula, 2015, p. 99).

Ao finalizar a seção com referência à tradução como elemento hermenêutico do Círculo das Matrizes Epistêmicas, bem como o objetivo da tradução no interesse emancipatório, guiado pela crítica dirigida aos interesses técnico e prático, organiza-se o pano de fundo para que se processe a análise da Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição, como alternativa de superação dos problemas sociais pela veia epistemológica realista pragmática (Santos, 1989, 1999a).

3 | TEORIA CRÍTICA PÓS MODERNA DE OPOSIÇÃO

Diante da tarefa de percorrer elementos conceituais em Boaventura de Sousa Santos, acredita-se que há, nos últimos anos, maior abertura para exploração de seus achados, posto que a diversidade cultural e epistemológica passou a adentrar pautas científicas e, por isso, ampliou-se o reconhecimento e a compreensão de diferentes saberes e práticas sociais como subjacentes à construção de alternativas de superação de desafios sociais (Santos; Meneses, 2009), posto que . Porém, mesmo a que ciência abrigue maior reconhecimento da diversidade, o embate com o capitalismo global se perpetua pela aderência deste como regime cultural, que amplia seu domínio para todas as esferas da vida humana, “da família, à religião, da gestão do tempo à capacidade

de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral do comportamentos que nos afetam” (Santos; Meneses, 2009, p. 11).

Nesse sentido, observa-se em Santos (1989,1999a) a emergência de um paradigma de transição, capaz não só de questionar o pensamento moderno que alimenta a agenda capitalista, mas de aprofundar a discussão da descolonização epistémica e de socialização do conhecimento, que coloca em análise a “perspectiva da modernidade e a revelação, até há pouco silenciada, da opressão epistémica que, em nome da modernidade, foi exercida enquanto forma particular de *colonialidade (...)* do poder e de *conhecimento*”. (Mignolo, 2004, p. 670), posto que, “nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade”, sendo a modernidade um conceito totalitário que pressupõe “disfarçada violência e justificação de negações que constituem a colonialidade”. (Mignolo, 2004, p.677).

Do exposto, têm-se que “teoria é a consciência cartográfica do caminho que vai sendo percorrido pelas lutas políticas, sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas” (Santos, 1999, p. 215), e, por isso deve “dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controlo e na fruição da intervenção” (Santos, 2007a, p. 29). Reclama-se, portanto, uma ciência humanizada, mais comprometida socialmente (Chalmers, 1994).

Com base nas considerações acima e, para elucidar a proposição da Teoria Crítica Pós Moderna de Oposição (1999a), é necessário percorrer algumas concepções, especificamente àquelas que fundamentam a ideia de conhecimento, cujo resultado é expresso pela lógica da *Ecologia de Saberes*, do discurso sobre *Epistemologia*, que sendo anterior, situa a problemática das crises (epistemológica e social) e, também, da razão que prescinde tanto aos conhecimentos como à estruturação deles (Santos, 2007b). Dessa combinação surgem as alternativas.

Da ideia de epistemologia à concepção de teoria, Santos (1989, 1999a, 1999b, 2002, 2007a, 2007b, 2009) questiona o que se constitui como conhecimento válido, sendo esta uma pré-condição para que as experiências sociais diversas sejam tomadas como inteligíveis. Pela veia pragmática, Santos (1989, 2009) define que não há conhecimento sem prática e atores sociais, cuja existência se dá no interior das relações sociais, sendo estas, também, culturais e políticas. Dessa combinação, a epistemologia pragmática resulta de diferentes epistemologias, assentados na produção de diferentes teorias sobre as práticas sociais. Sendo pragmática, o conhecimento “torna possível que a técnica (...) se converta numa dimensão da prática e não, ao contrário, como hoje sucede, que a prática se converta numa dimensão da técnica” (Santos, 1989, p. 48).

Conhecimentos (agora no plural), sobre o real (a dimensão ativa) e sobre o sujeito do conhecimento (a dimensão subjetiva) sustentam práticas e, também, constituem sujeitos no sentido de explorar outras práticas sociais e, pela ampliação desses

encontros, constituir a transformação dos saberes envolvidos (Santos, 1989, 1999a, 1999b, 2007b).

Diante da transição paradigmática, Santos (1989, 1999a) distingue dois tipos de crise de conhecimento vivenciados no final do século XX: as de *crescimento*, em alusão a Kuhn e a Piaget, que dramatiza a autonomia do conhecimento científico em relação às demais formas e práticas de conhecimento; e a crise das *degenerescências*, que implica em crise de paradigmas, que considera o conhecimento científico como uma prática de saber entre outras, e, não necessariamente, a melhor. Assumindo que a face da crise vivenciada no pós-guerra é a de degenerescências, afirma, então, que a crise da ciência é a própria crise da epistemologia (Santos, 1989).

No âmbito dos sistemas sociais e, ainda, como reflexo da crise das degenerescências, a transição paradigmática anunciada por Santos (1999a, 2007b), situa duas outras crises das ciências sociais: a de *regulação social* (estrutural-funcionalista) e a de *emancipação*. A primeira, fundamentada pela ideia totalizante, prevê o conhecimento da ordem sobre o caos (Conhecimento-Regulação). A segunda, incorpora o conhecimento baseado em uma ecologia, quando os saberes, considerados em sua multiplicidade, comungam para a solidariedade (Conhecimento-Emancipação-CE).

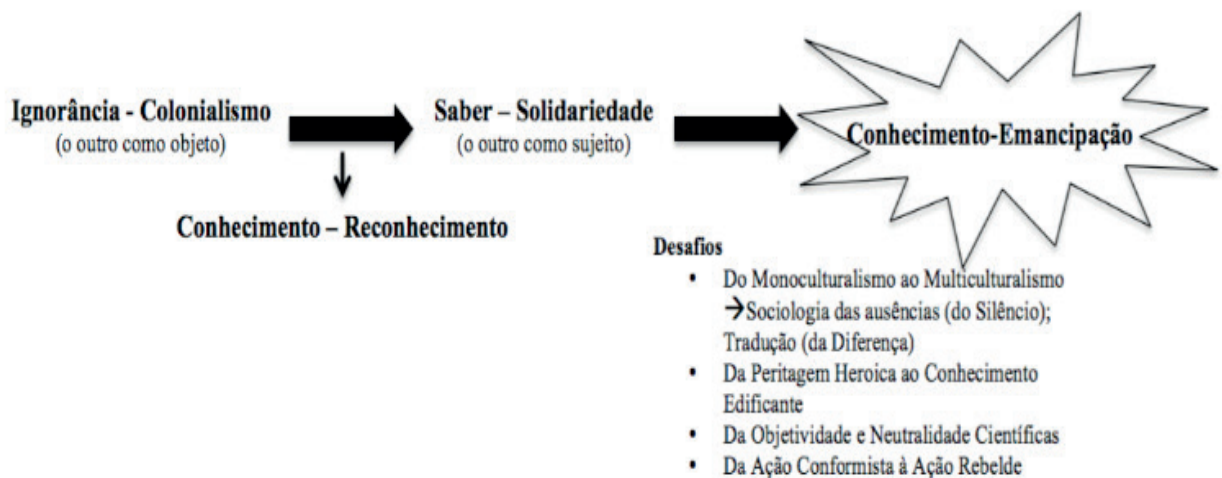


Figura 3 – O caminho para o Conhecimento-Emancipação

Fonte: Adaptado de Santos (1999a)

Como caminho para a Emancipação, Santos (2002) define o reconhecimento do outro como sujeito de práticas sociais relevantes, rompendo a lógica colonial de imposição de saber hegemônico, que “cria consenso baseado na ideia de que o que ela produz é bom para todos”. (Santos, 2007a, p. 55). Assim, o CE precisa “ser uma *ecologia de saberes*, não simplesmente o saber científico moderno que temos: este é importante, necessário, mas tem de estar incluído em uma ecologia de saberes mais ampla”. (Santos, 2007b, p. 53). Nesta reside a mudança epistemológica, de um conhecimento baseado em um monosaber para uma ecologia, ou para uma utopia

de uma ecologia de saberes (Santos, 2002), que potencializa interações sustentáveis e dinâmicas entre os saberes sem comprometer a autonomia de cada um deles (SANTOS, 2007a).

Pela ecologia de saberes, Santos (1989), diferentemente de Bachelard, propõe um reencontro da ciência com o *sensu comum*, por meio de uma dupla ruptura epistemológica que, inicialmente, busca a ruptura com o senso comum, para, em seguida, proceder a ruptura com a própria ruptura. Com isso, se tem um trabalho de transformação tanto do senso comum, incorporando respostas à pergunta de como se faz ciência (tornando-o esclarecido); como da ciência, refletindo sobre o porque queremos a ciência (tornando-a prudente) (...) (Santos, 1989, p. 45). Nestes termos, senso comum

(...) faz causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e das responsabilidades individuais (...) é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se *afirma de confiança e dá segurança* (...) é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da *igualdade do acesso ao discurso*, à competência porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência mas, por isso mesmo, é exímio a captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas (...) é *interdisciplinar e imetódico* (...) (Santos, 1989, p. 44, grifo nosso)

A *dupla ruptura epistemológica* (com o senso comum e com a própria ruptura) representa o “modo operatório da hermenêutica da epistemologia” (Santos, 1989 p. 46), e, assim, “o modo mais adequado de propiciar a transição para uma epistemologia pragmática” (Santos, 1989, p. 49). Portanto, a ecologia de saberes faz uso da reflexão hermenêutica e, por meio dela, aproxima experiências e práticas sociais ininteligíveis (pelo discurso moderno) em inteligíveis (pelo discurso ecológico). Ela tem um duplo sentido, o de “tornar compreensível o que as ciências sociais são na sociedade e o que elas dizem sobre a sociedade”. (Santos, 1989, p. 13).

Na busca de aproximação das práticas sociais (e dos saberes que os produzem), a ecologia de saberes rompe com a lógica abissal (Santos, 2007a, b, 2009). Esta, inerente à separação do mundo entre linhas que demarcam o inteligível (ciência moderna) do ininteligível (senso comum, ou, nem isso), colabora com a compreensão de como se processa a *colonialidade do poder e do saber*, que veio a gerar a *colonialidade do ser* (Mignolo, 2004; Lander, 2005). Dessa forma, a epistemologia ocidental dominante, construída na base das necessidades de dominação colonial e, ainda, assentada na ideia de um pensamento abissal (Santos, 2007a, 2009), tem na ecologia de saberes a alternativa à epistemologia dominante (a que está do lado moderno), em função do princípio de que o mundo é epistemologicamente diverso, o que confere sentido à *Epistemologia do Sul*, definido pela busca de um diálogo horizontalizado que rompe a lógica do pensamento abissal.

Posto que há, na ecologia de saberes, possibilidades de construção de futuros,

como um “ato político que articula análise científica com o pensamento utópico” (Santos, 1999a, p. 41), a teoria crítica em Santos (1999b, p. 197) consiste em “definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado”. Portanto, articula conhecimentos em função do que produz, pela via da *Epistemologia Realista Pragmática* e “é neste sentido que ela é acolhida no círculo hermenêutico: a hermenêutica como pedagogia da construção de uma epistemologia pragmática” (Santos, 1989, p. 31).

Da ruptura com o pensamento abissal à elaboração de uma epistemologia do sul, que busca o reencontro do saber negligenciado pelo pensamento moderno, em especial, àqueles localizados nos povos colonizados, Santos (1999a) propõe uma Teoria Crítica Pós-Moderna de oposição, que busca unificar as duas correntes críticas (superando-as) separadas pela noção de sujeito-emancipação: A Teoria Crítica Moderna e a Teoria Pós-Moderna.

Em Santos (1999a), a Teoria Crítica advinda do pensamento de Horkheimer e, bem delimitada por Foucault, é sustentada pela premissa totalizante moderna, por conceber como alternativa ao pensamento moderno uma teoria que contemple a sociedade como um todo, um conhecimento que ordene o caos, um Conhecimento-Regulação. Por isso, “as utopias críticas da modernidade - como o socialismo centralizado - se convertem, com o tempo, em uma utopia conservadora”. (Santos, 2007b, p. 54). Por conceber que “o princípio único de transformação social que subjaz à teoria crítica moderna assenta na inevitabilidade de um futuro socialista gerado pelo desenvolvimento constante das forças produtivas e pelas lutas de classes em que ele se traduz”. (Santos, 1999a, p. 202), Santos (1999a) define a crítica engendrada por Horkheimer e Foucault constrange qualquer saída emancipatória. No primeiro caso, a saída se dá pelo socialismo, sem que outros futuros sejam pensados e que outros atores sejam ouvidos; no segundo, a resistência é enquadrada como poder disciplinar, dentro de um regime de verdades.

Para Santos (1999a) a superação da Teoria Crítica assentada na crítica moderna está numa reformulação que possibilite a ecologia de saberes, e emancipação que reside no encontro, reconhecimento e transformação desses saberes (e não numa teoria comum a todos eles), explorados em práticas sociais emergentes. Nestas, estariam múltiplas possibilidades de futuro.

No que tange à Pós-Modernidade, Santos (2002) se opõe ao que define como celebratório e hiperdesconstruído, a pós modernidade que tende a reduzir a transformação social à versões híbridas de regulação e conservação, haja vista que nelas há fragmentação e a atomização social com poucas possibilidades de “fornecer o cimento capaz de dar coerência a essa fragmentação (Santos, 2002, p. 261). Contrapondo-se à Derrida, Santos (1999b) defende que a pós-modernidade, considerada por ele de oposição, não pode guiar-se pela desconstrução, uma vez que esta, levada ao extremo, destrói a própria possibilidade de resistência e de alternativa.

A superação do pensamento moderno, portanto, residiria na *Teoria de Tradução*, “que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos conversarem sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam”. (Santos, 1999a, p. 203) e “(...) que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias (...)” (Santos, 2002, p. 206). Sua inovação teórica advém da necessidade de construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o respeito a igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença (Santos, 2007b), sendo que, pelo pensamento moderno, a crítica discute o princípio da igualdade e não o da diferença (Santos, 2007b).

No âmbito da teoria de tradução está a dupla ruptura da epistemologia, bem como se situa na hermenêutica da epistemologia, considerando-a inerente a busca de traduzir silêncios resultantes do fosso abissal e da lógica colonialista que dela deriva. Assim, os silêncios produzidos pela sua ininteligibilidade, só podem ser captadas por meio de uma *Sociologia das Ausências*, que busca “fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento”. (Santos, 2007b, p. 55).

Outro desafio posto pela teoria da tradução está em integrar os novos conhecimentos e as práticas emergentes para que se possa refletir sobre o futuro. Outro caminho é o da *Sociologia das Emergências*, que busca tornar menos parcial o conhecimento sobre as condições do possível, explorando “alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”. (Santos, 2007a, p. 256).



Figura 4 - Relação entre Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências e o trabalho de Tradução.

Fonte: Adaptado de Santos (2002)

Portanto, pela figura 4, compreende-se que o trabalho de tradução incide na transformação das ausências em presenças, em pronunciamentos sobre experiências e práticas silenciadas pela pensamento ocidental que difunde a separação do mundo em linhas abissais e, também, potencializar o futuro de possibilidades plurais e concretas que se constituem pela ampliação e cuidado do presente, capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis. (Santos, 2002, 2007b).

Ampliar o escopo das experiências sociais está no cerne da Teoria Crítica Pós-

Moderna de Oposição, posto que esta deve ser, sempre, contextualizada e, assim, sem que se escape às consequências (Santos, 1999a) e as experiências negligenciadas pelo pensamento moderno. Assim, “para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mas do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade” (Santos, 2002, p. 238).

Santos (2002) defende como razão inerente ao trabalho de tradução a *Razão Cosmopolita*, cuja lógica reside numa contraposição à lógica ocidental de contração do presente e expansão do futuro. A razão cosmopolita, por expandir o presente, possibilita “criar espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo” (Santos, 2002, p. 239). Para expandir o presente, a sociologia das ausências, para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.

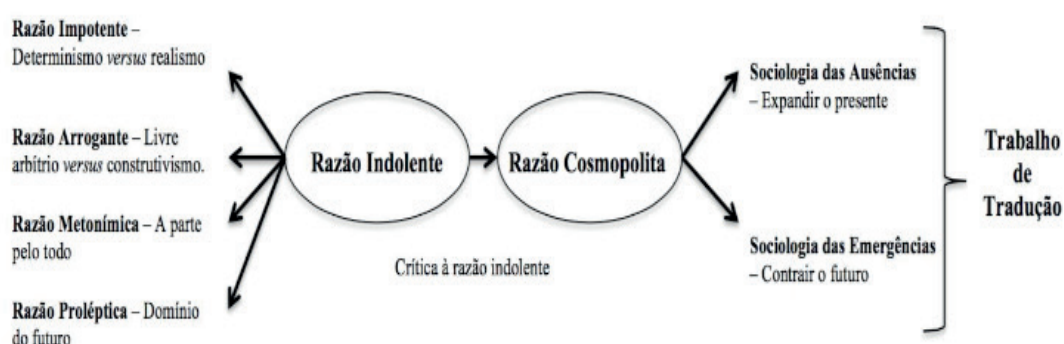


Figura 5 – A Razão Indolente e a Razão Cosmopolita

Fonte: Adaptado de Santos (2002)

A discussão sobre a razão, para Santos (2002), entoa que a crise das ciências sociais como subjacente a racionalidade que a fundamenta, no caso moderno, a indolente ou preguiçosa, que se legitima como aquela capaz avançar o desenvolvimento capitalista. A razão cosmopolita entoa crítica à razão indolente a partir de seus quatro aspectos: a impotência, a arrogância, metonímia e a prolepse. A razão impotente revela a discussão dentre determinismo *versus* realismo, e se firma como aquela que não se exerce por se ver impotente diante de uma realidade exterior a ela. A razão arrogante, possível de ser identificada nas discussões sobre livre arbítrio *versus* construtivismo, opera seu não-exercício pela crença da liberdade, sem que se tenha a necessidade de ratificar a liberdade que imagina ter. A razão metonímica reivindica a parte pelo todo, ou melhor, pela exigência de *status* de totalidade, não reconhece outras racionalidades e, quando as faz, coloca-as na condição de objeto. A razão proléptica, por último, não exerce reflexão sobre o futuro, posto que há domínio sobre ele, assentada na ideia linear de progresso.

Os dois tipos de razão indolente, impotente e arrogante, são consideradas por Santos (2002) mais difundidas, e, por isso, especifica a razão metonímica e a proléptica como aquelas com maior capacidade de explorar a ideologia subjacente à lógica de

dominação, presente no pensamento abissal, e que melhor dialoga com uma crítica propositiva, defendida como aquela capaz de propiciar a ecologia de saberes.

A *razão metonímica*, por um lado, é marcada pela produção de não-existências, haja vista que profetiza-se como total, e, com isso, negligencia outras experiências e práticas sociais em função de advir de outras racionalidades. As não-existências produzidas pela *razão metonímica* é reflexo da monocultura do saber que transforma o outro (saber-agente) em ignorante, que resulta em epistemicídio, ou seja, a supressão ou a morte de conhecimentos alternativos; da monocultura do tempo linear, delimitado pela direção do progresso, e que torna residual e atrasado o que não se alinha nessa direção; da monocultura da classificação social, que naturaliza as diferenças pela condição de inferioridade; a monocultura da escala dominante, que professa o universalismo (realidades/ ideias que vigoram independentes do contexto) e o globalismo (realidades independentes que se estendem pelo globo) como hegemônicos, restando às experiências não captadas pela escala dominante o *status* de saber local, particular, descartável (Santos, 1999c, 2001, 2002).

Fundada na razão metonímica, a transformação do mundo não pode ser acompanhada por uma adequada compreensão do mundo, resultando em violências, destruição, silenciamentos, alienação (Santos, 2001, 2002). Assim, a dilação do presente como crítica à razão metonímica é operada pela sociologia das ausências, que propõe, “uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe”. (Santos, 2002, 246), portanto, visa transformar as ausências em presenças, especificamente, as experiências sociais não socializados pela totalidade metonímica.

A sociologia da ausências substitui as monoculturas pelas ecologias: a ecologia dos saberes; a ecologia das temporalidades, para que cada sociabilidade possa ser respeitada (e reconhecida) em sua própria temporalidade; a ecologia dos reconhecimentos, com base no princípio “(...) de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos”. (Santos, 2002, p. 252); a ecologia transescalas, capaz de ampliar a diversidade de práticas ao oferecer alternativa ao globalismo; ecologia das produções e distribuições sociais, hábil propor “(...) recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, de empresas autogeridas, da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descreditou”. (Santos, 2002, p. 253).

A razão proléptica, por sua vez, definida por Santos (2001, 2002), com base nas leituras de Benjamim (1969), Marramao (1995) e Block (1995), situa um futuro amplo, ilimitado e progressista, cuja direção é linear e certa. A crítica, logo, implica a necessidade de contração do futuro, posto que é incerto, e, pela ampliação do presente cuidar para que, no presente, o futuro possa ser construído (Santos, 2001, 2002).

A sociologia das emergências, diante da crítica à razão proléptica, indica que o futuro deve ser visto pela capacidade (potência) e pelas possibilidades (potencialidade)

que transforma um futuro abstrato em possibilidades do presente (o ainda-não), pelas ampliação das pistas e sinais das práticas emergentes. Pela sociologia das emergência busca-se “ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidade emergentes e que são “descredibilizadas” (Santos, 2007b, p. 37), que “embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo” (Santos, 2007a, p. 20).

A teoria de tradução, portanto, além da dimensão intelectual suscita o trabalho político de engajamento ante o inconformismo com os problemas sociais. Para tanto, Santos (1999a, 2002, 2007b) sugere que as subjetividades implicadas na Teoria Crítica Pós-Moderna de oposição, seriam aquelas que superam o conformismo em função da rebeldia. Seriam, então, as subjetividades rebeldes capazes de ir “contra a banalização do horror, que cria subjetividades conformistas e resignação” (Santos, 2007b, p. 82), e, ainda, considerando que “o indivíduo auto-reflexivo é um individuo que não se mobiliza sem razões” (Santos, 2001, p. 14), a atitude rebelde faz com que “a reflexão sobre as razões da mobilização seja parte integrante da própria mobilização”. (Santos, 2001, p. 16).

4 | SERIA POSSÍVEL SITUAR A TEORIA CRÍTICA PÓS-MODERNA DE OPOSIÇÃO NO CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS?

Pelo exposto nas seções anteriores tentou-se demonstrar que há não apenas *novos explanans*, mas *diferentes explanans*, possivelmente unificados não na pretensão de uma teoria geral, mas numa tradução hermenêutica propiciada pela Ecologia de Saberes. Sendo a tradução o caminho do Conhecimento-Emancipação, a crítica entraria como sustentação do pragmatismo da epistemologia das consequências, quando os interesses (técnico, prático e emancipatório) resultariam em uma saída pluralística, dinâmica, realista capaz de transformar *explanandums* em impulso à transformação social.

De Paes de Paula (2015, 2016) depreende-se, primeiro, a interdependência dos fenômenos sociais, segundo, a dinâmica das matrizes epistêmicas e a centralidade da crítica em unificar os interesses cognitivos no horizonte da emancipação. Sendo esta, marcada por potencialidades do presente, Santos (1989, 1999a, 2002) é trazido ao diálogo, pela capacidade da sociologia das ausências e da sociologias das emergências em engendrar, no presente, interesses cognitivos na busca de um futuro melhor, cujas pistas estão postas nas múltiplas e ricas experiências sociais esquecidas, em geral, postas de lado pela sociedade moderna, que se firma no capitalismo.

Com base no Conhecimento-Emancipação, derivado da ideia de um saber solidário, capaz de superar o pensamento abissal pela dupla ruptura epistemológica e, com isso, elevação do outro como sujeito, Santos (1999a, 2002, 2007b) ressalta a necessidade de uma atitude que transforme o desconforto, o inconformismo ou a

indignação perante o que existe no impulso para teorizar a sua superação, no caso, as subjetividades rebeldes.

A Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição, nesse caminho, resultaria do esforço compreensível de um mundo epistemologicamente diverso, e que, na realização do Conhecimento-Emancipação conjugaria os esforços do trabalho de tradução necessário à ecologia de saberes. Estes, na estreita relação com as experiências e práticas sociais e os saberes que os organizam, entoa a dupla ruptura epistemológica como lógica para o reencontro com o senso comum, ou saberes não científicos, transformados pelo encontro da ecologia de saberes.

Há, na crítica de Santos (1999a, 2002, 2007b) fundamentos da crítica de Paes de Paula (2015, 2016) (ou, talvez o inverso), quando os dois autores tratam do encontro da crítica com práticas sociais (interesse prático) e suas consequências (interesse técnico). Sem que as consequências sejam problematizadas, a ampliação do presente e a contração não consubstanciarão a potência da emancipação social em futuros incertos, limitados, não-lineares, cuja atenção e zelo deve ser o horizonte do presente.

Portanto, acredita-se que a Ecologia de Saberes traduz a epistemologia da Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição, haja vista que a realização do CE pelo saber-solidariedade, é suportada pelo trabalho de tradução que, por um lado, amplia o presente pela inteligibilidade mútua entre experiências sociais (Sociologia das Ausências) e transforma um futuro abstrato em possibilidades que vão se construindo no presente (o ainda-não), pelas ampliação das pistas e dos sinais das práticas emergentes (Sociologia das Emergências).

Estaria na ecologia de saberes e no trabalho de tradução hermenêutico a gênese do diálogo das matrizes epistêmicas e, na crítica, o projeto de emancipação a ser operado pela sociologia da ausência e da sociologia da emergência. Assim, a atitude subjetiva inconformista, ou a subjetividade rebelde, por meio atitude voluntarista, confere ao sujeito a capacidade de autorreflexão, resistência e superação das condições objetivas, e retoma a pauta de ser a crítica pós moderna de Santos (1999a, 2002, 2007b), de oposição, pois nela o sujeito possui capacidade de opor-se.

Assim, as expectativas sociais assentam em possibilidade e capacidade reais, aqui e agora e, por isso, contextuais, apontam novos caminho da emancipação social, ou melhor, sociais (Santos, 2007b) e a ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo (Santos, 2007a, p. 25). Ainda,

o conhecimento como intervenção no real – não o conhecimento como representação do real – é a medida do realismo (...) Como a avaliação dessa intervenção combina sempre o cognitivo com o ético-político, a ecologia de saberes distingue a objetividade analítica da neutralidade ético-política (Santos, 2007a, p. 26)

Pelas subjetividades rebeldes parece que Santos (2001, 2002) unifica a realização da dupla ruptura epistemológica. Por um lado, quando ressalta o teor de mobilização necessário ao trabalho de tradução, resultando em conhecimento emancipação,

levanta a questão: como intensificar a vontade, haja vista que “conhecimentos têm um elemento de logos e um elemento de *mythos*, que é a emoção, a fé, o sentimento que certo conhecimento nos proporciona pelo fato de o termos, a repugnância ou o amor que nos provoca” (Santos, 2007b, p. 58). Assim, a crítica propositiva se instaura como epistemologia pragmática pela epistemologia das consequências, sendo estas as que mobilizam o sujeito na busca de práticas emergentes (alternativas) que ampliam as possibilidades de superação de problemas sociais e, assim, minimizar suas consequências (Santos, 2007b)

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais in: CLEGG, Stewart R. et al. *Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, vol. 1, 1999.

ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 45, n. 2, p. 52-73, 2005.

BENJAMIN, W. Thesis on the philosophy of history. In: *Illuminations*, Neu Yourk: Schocken Books, 1969.

BERTERO, C. O. Réplica 2 – “O Que é um Ensaio Teórico?” Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, art. 2, p. 338-342, 2011.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S.R; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, vol. 1, 2007.

BLOCK, E. *The Principle of hope*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1995.

BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organisational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. Vermont: Ashgate, 1979.

CHALMERS, A. *A Fabricação da Ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

FARIA, J. H. de. Teoria Crítica em Estudos Organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE.BR* (FGV), v. 7, n. 3, p. 509-515, 2010.

HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Com um Novo Posfácio. Rio de Janeiro: Zahar, 1968/1982.

HILL, M. R. Epistemology, Axiology, and Ideology in Sociology. *Mid-American Review of Sociology*, Kansas, v. 9, n. 2, p. 59-77, Spring 1984.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (Organizador). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MARRAMAO, G. *Poder e Secularização: as categorias do tempo*. São Paulo. UNESP, 1995.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Abr. 2011.

MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versatilidade epistêmica. In: SANTOS, B. de S. *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

PAES DE PAULA, A. P. *Repensando os Estudos Organizacionais: Por uma Nova Teoria do Conhecimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora e FAPEMIG, 2015.

PAES DE PAULA, A. P. *Teoria Crítica nas Organizações*. 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.t R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, vol.1, 2007.

SANTOS, B. de S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento, 6ª edição 1989.

SANTOS, B. de S. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, p. 197-215, 1999a.

SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Afrontamento, 7ª edição, 1999b.

SANTOS, B. de S. O todo é igual a cada uma das partes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 5-14, 1999c.

SANTOS, B. de S. O social e o político na transição pós-moderna. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, p. 181-208, dec. 1993.

SANTOS, B. de S. Seis razões para pensar, *Lua Nova*, 54, 13-24, 2001.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46, 2007a.

SANTOS, B. de S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007b.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Introdução In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

PAES DE PAULA, A. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. *Cadernos EBAPE.BR* (FGV), v. 14, p. 26-46, 2016.

VERGARA, S. C. Nota técnica: ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. et al. (Org.) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1, p. 461-463.

VIEIRA, M.; CALDAS, M. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *Revista de Administração de Empresas*. vol. 46, n. 1, 2006.

SOBRE O ORGANIZADOR

Clayton Robson Moreira da Silva: Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 6, 206, 207, 208, 210, 221, 222, 385, 387, 396
Acionista 7, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321
Administração Pública 6, 83, 188, 196, 207, 208, 211, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 240, 241, 253, 259, 260, 267, 306, 351, 385, 386, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 395, 396
Agentes Locais de Inovação 5, 1, 3, 8, 9, 17
Alienação de Controle 308

B

Bambu 7, 10, 261, 262, 263, 265, 267, 269, 270, 271
BPM 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

C

Capital Social 6, 145, 146, 147, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 188
Carta de Serviços 6, 10, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234
Carteira de Investimentos 324
Case Study 7, 46, 185, 223, 273, 285, 336, 337, 338, 339, 345, 346, 364
Círculo das Matrizes Epistêmicas 6, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 130
Comportamento 68, 83, 383
Consumidor 7, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 303, 305, 306, 307, 357
Contabilidade 110, 166, 206, 209, 214, 222, 284, 306, 323, 386, 389, 391, 396, 397
Cooperação Acadêmica 6, 168, 170, 171, 182, 183
Cooperatives 336, 341
Custos 156, 284, 290, 292

E

e-commerce 46, 143, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 301, 303, 305, 306
Educação Superior 109, 168, 169, 186
Empoderamento Feminino 84, 86, 87, 92, 94, 111
Empreendedorismo 17, 18, 31, 32, 110, 112, 131, 146, 152, 156
Equidade 6, 96, 102, 109
Estudos Críticos em Administração 49

F

Fundos Imobiliários 324

G

Gestão do Conhecimento 5, 49

Gestão Financeira 273, 286, 287

Gestão Municipal 190

Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 5, 18, 19

Globalismo 126, 236, 238, 246, 247

Governança 6, 55, 221, 222, 236, 238, 241, 242, 247, 282, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323, 396

Governança Corporativa 308, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 322, 323

I

Incubadora de Empresas 132

Índice de Sharpe 324, 335

Inovação 2, 5, 6, 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 131, 132, 144, 359, 425, 426, 427, 428, 429

Internacionalização 6, 145, 147, 148, 151, 154, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 170, 171, 181, 183, 186, 354, 356, 358

L

Lei de Acesso à Informação 6, 191, 207, 208, 213, 218, 219, 228

Lei de Responsabilidade Fiscal 6, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 207, 208, 211, 222

Liderança 5, 8, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 102, 110, 111, 353, 365, 382, 383

Liderança Situacional 5, 8, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 383

M

Maximização 324

Mercado de Trabalho 6, 99, 108, 109, 112, 369, 371, 383

Mercado Financeiro 308, 322, 323

Micro e Pequenas Empresas 5, 1, 3, 16, 17, 22, 24

Modelagem de Processos 34

Modelo de Internacionalização 6, 145, 151, 165

Mulher 94, 96, 99, 109, 111, 370, 373, 374, 383

N

Neosoberania 236

O

Organic food production 336

Organizational Learning 7, 336, 345, 346, 347

P

Participação 60, 110, 112, 137, 215, 236

Pequena Empresa 17, 49

Pequenas e Médias Empresas 5, 36

Percepção 5, 69, 77, 78, 79, 80, 81, 112

Perfil do Empreendedor Brasileiro 5, 18, 19, 30
Plano de Cargos e Carreira 5, 70, 74, 75, 78, 81
Políticas de Gestão de Pessoas 5, 49
Políticas Públicas 7, 10, 95, 109, 224, 233, 236, 238, 243, 245, 246, 247, 248, 249,
254, 260, 261, 262, 270, 271, 348, 412
Previdência Social 7, 197, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259,
260
Promoção 7, 284, 285, 290
Propriedade Intelectual 131

R

Radar da Inovação 1, 10, 14
Reciclagem 273
Rede de Inovação 131, 132
Retorno 7, 284, 285, 290, 328, 334

S

Satisfação 73, 80, 83, 301, 357, 360, 361
Social Business 7, 338
Sociologia das Ausências 6, 113, 114, 124, 128
Sociologia das Emergências 113, 114, 124, 128
Sustentabilidade 7, 261, 273, 274, 282, 313, 314

T

Tag Along 308, 309, 314, 323
Teoria Crítica Pós-Moderna de Oposição 6, 113, 114, 115, 119, 124, 128
Teoria Uppsala 6, 145, 147, 163, 164
Títulos públicos 324, 326
Transnacionalização 236
Transparência 6, 190, 191, 194, 205, 206, 207, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221,
223, 228, 233, 388, 390

V

Violência Simbólica 5, 9, 84

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-520-4

